

4. ALGUMAS CONCLUSÕES OU: COMO DESBRAVAR "As ENCruzilhadas do Poder Local"

Foram questões consensuais, a valorização do facto de o Poder Local representar uma conquista do processo de democratização decorrente do 25 de Abril de 74, bem como o reconhecimento de que os novos contextos — o transnacionalismo, o supranacionalismo, o novo modelo de relações entre os Estados (e especificamente no âmbito da Comunidade Europeia) — contém a desvalorização dos "localismos" e das abordagens microsociais.

216

Consideramos assim como conclusão generalizada deste colóquio (dado o seu equacionamento por técnicos, autarcas e investigadores) a determinação ou condicionamento das Políticas e Modelos de Desenvolvimento Social na definição de estratégias de (a) promoção dos recursos endógenos (culturais, produtivos e técnicos); (b) adequação no(s) local(ais) às diversidades geo-territoriais e economico-sociais das comunidades; (c) compatibilização das aspirações, capacidades, potencialidades e valores dos agentes locais organizados formal ou informalmente; (d) dinamização do trabalho articulado dos órgãos autárquicos; e reforço técnico (competências profissionais), financeiro, bem como da autonomia da dimensão "intervenção local".

Da prática autárquica bem como dos estudos de investigação divulgados, salienta-se como principal obstáculo ao efectivo exercício do Poder Local em Portugal a "tradição centralista, autoritária" das formas locais de exercício do poder (aparelhos da Administração Pública). O "estrangulamento do Poder Local" foi assim considerado numa tripla dimensão financeira, institucional e administrativa — o qual, dadas as características semiperiféricas da sociedade portuguesa se reflecte num poder "mais autárquico" do que "local".

Contudo, foi bastante enfatizado que, ao desafio do Poder Local para "conseguir (promover) consensos mais alargados ao nível dos grupos de interesse locais, ultrapassando o (restrito) âmbito municipal", corresponde um outro desafio — dirigido, aos centros de Pesquisa/Formação e às Universidades — igualmente determinante.

Assim, considerou-se que, só mediante um *planeamento técnico* (apelo às competências profissionais e à operacionalização dos saberes científicos) que defina estratégias de dinamização dos recursos endógenos, será possível reduzir o *desfasamento* entre os *poderes Local e Central*.

A finalizar, saliente-se que ao diálogo então indicado, muitas polémicas e/ou consensos

estão por realizar, ficando no ar uma anotação — de preocupação, para muitos; de recomendação, para alguns; de dissimulação, para outros: constituído com o processo democrático português, o Poder Local só o será enquanto permanecer um poder democrático, participado e, como tal, uma escola de participação e consolidação dessa mesma democracia. ■

Maria de Fátima Toscano

Insucesso Escolar — uma abordagem multidisciplinar, Centro de Estudos Sociais

Realizou-se no CES em 15 de Janeiro, no âmbito da linha de investigação sobre a Reprodução Social e a Sociedade Provi-dência em Portugal, um seminário sobre o Insucesso Escolar centrado nas experiências de profissionais com intervenção prática neste domínio. Nele participaram pessoas de diferentes formações — professores, educadores, médicos, psicólogos, assistentes sociais — interessadas em fazer uma primeira reflexão sobre o seu trabalho e cruzar distintas perspectivas e percepções dos problemas com a visão das ciências sociais. Duas intervenções iniciais, a cargo de um antropólogo e de um neuro-pediatra, procuraram definir um quadro muito alargado dos problemas e das perspectivas teóricas que envolvem a questão do Insucesso e estimular um debate aberto e transdisciplinar. Na primeira, Raul Iturra confrontou o tipo de saber que os alunos levam consigo para a escola, e que radica na cultura do grupo social de proveniência, com o saber institucional que a escola fornece. Esta, ao descontextualizar o jovem relativamente ao seu meio e à sua cultura, pretende universalizar um saber estranho, através de conceitos e de categorias cuja utilidade nem sempre é visível nem substancial. Apesar de se tratar de um problema decisivo para a escola e para o ensino, ele raramente é referido ou tido em conta nas políticas contra o insucesso. Na segunda intervenção, Luis Borges começou por se referir à incidência diferencial do fenómeno do insucesso na sociedade portuguesa, de acordo com as variáveis socio-económicas da população, para se centrar, de seguida, no problema de adequação dos programas e das pedagogias aos níveis de desenvolvimento das crianças. Os programas, disse, são preparados por e para pessoas de sucesso e a escola não consegue individual-

lizar o ensino, usando uma pedagogia apta a reconhecer a personalidade de cada aluno. O debate, reflectindo a multiplicidade de experiências dos participantes, trouxe questões importantes que só parcialmente puderam ser aprofundadas. Refiram-se algumas delas. O insucesso responsabiliza a escola ou a sociedade? A falta de participação social e discussão sobre o que se pretende da escola. Poderá a escola auto-reformar-se? O papel da afectividade na relação pedagógica. Como gerar novas atitudes nos professores, nos pais e nas instituições? A descoincidência entre o "sucesso na escola" e o "sucesso na vida". A existência de vias informais de aprendizagem e de recursos extra-escolares "facili-

tadores" de sucesso. Se a questão do insucesso remete, em última análise, nas sociedades modernas para a própria reprodução do sistema social no seu conjunto e é dela condição, existe, ainda assim, espaço bastante para modificar a sua incidência, para re-negociar o poder dos grupos e as condições de sucesso na vida e para pensar numa sociedade diferente cujo sucesso de uns não passe pelo insucesso de outros. Neste sentido, foram relatadas várias experiências com jovens, envolvendo a escola, os pais, as comunidades e as instituições locais, cujos resultados contrariam uma visão fatalista do insucesso escolar. ■

Maria José Ferros